

As grandes crises do capitalismo nos séculos XX e XXI e a nova configuração da economia global: Globalização e desglobalização

The crises of capitalism in the 20th and 21st centuries and the new configuration of the global economy: Globalization and deglobalization

RESUMO:

A globalização é um fenômeno que se mostra em constante crescimento desde o século XV, entretanto, nos últimos anos, é possível analisar um novo processo desglobalizante, com políticas protecionistas, nacionalistas, e de fechamento de fronteiras. Dessa forma, o presente artigo buscou analisar as principais crises do capitalismo ocorridas durante os séculos XX e XXI, e como elas impactaram na nova configuração da economia global. Para isso, foram utilizadas revisões bibliográficas em István Mészáros (1998), Reginaldo Moraes (2001), Octavio Ianni (2005), Milton Santos (2012), e entre outros que abordam sobre as temáticas de globalização e desglobalização. Assim, foi possível identificar a nova faceta internacional do capitalismo, e como a nova relação de interdependência entre os Estados afeta a sua dinâmica espacial.

Palavras-chave: Capitalismo. Globalização. Desglobalização. Economia. Crises.

ABSTRACT:

Globalization is a growing phenomenon since the 15th century, however, in the last years, it is possible to analyze a new deglobalizing process, with protectionism politics, neo-nationalism, and the closure of nation's politics frontiers. Thus, this article sought to analyze the main crises of capitalism that occurred during the 20th and 21st centuries, and how they impacted the new configuration of the global economy. To this end, we used bibliographic reviews in István Mészáros (1998), Reginaldo Moraes (2001), Octavio Ianni (2005), Milton Santos (2012), among others who deal with the themes of globalization and deglobalization. Therefore, it was possible to identify the new international face of capitalism, and how the new relation of interdependence between States affects its spatial dynamics.

Keywords: Capitalism. Globalization. Deglobalization. Economy. Crises.

Juliana Lima de Almeida

Bastos¹

Yasmin Sthefany Xavier

Almeida Reis²

¹ Graduanda em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: julianajlab@gmail.com.

² Graduanda em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: yasminreisgeo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno que atinge tanto o campo da economia, quanto os campos da cultura, da política e da tecnologia. Esta última está em constante avanço, principalmente no que se refere à tecnologia da informação. Para Santos (2012), quando se estuda a globalização, percebe-se o fenômeno multifacetado que é, atingindo vários campos das ciências humanas e sociais. Esse fenômeno implica na mundialização das relações, como um maior acesso às outras partes do mundo, troca de relações entre nações, e uma diminuição da legitimidade dos Estados-nação. A partir de agora, os Estados-nação possuem menor autonomia, e os comandantes são as grandes empresas privadas e os donos do capital.

Alguns autores entendem que a globalização teve o seu início datado na Era dos Descobrimentos, que ocorreu entre os séculos XV e XVII, quando os europeus realizavam grandes navegações marítimas para atingir outras partes do mundo, buscando novas rotas comerciais. Para Cazumbá (2007), essa globalização, mesmo sendo iniciada há 5 séculos, apenas intensificou-se e acelerou o seu processo após a Guerra Fria, quando sua faceta econômica se revelou como parte do capitalismo.

De tempos em tempos, essa globalização demonstra seu lado obscuro quando gera crises, momentos que já são esperados dentro de um ciclo de expansão e retração que caracteriza o sistema capitalista. Ao se tratar de um mundo globalizado, as crises locais em algum momento se tornam globais, como as grandes crises ocorridas nos séculos XX e XXI. Dessa forma, a presente pesquisa buscou analisar as grandes crises da economia mundial nos séculos XX e XXI, e de que forma impactaram na nova configuração da economia global. Essas crises devem ser analisadas juntamente aos processos de globalização e, mais recentemente, de desglobalização.

Para tanto, o artigo se baseou em revisões bibliográficas que abordam acerca da temática proposta. Dessa forma, para caracterizar a globalização, a desglobalização e as grandes crises dos séculos XXI, foram utilizados os marcos teóricos propostos por Mészáros (1998), Moraes (2001), Ianni (2005), Santos (2012) e Ipea (2017).

Na etapa seguinte, as discussões sobre grandes crises econômicas globais foram aprofundadas. Nesse sentido, para abordar sobre a Grande Depressão de 1929 utilizou-se revisões bibliográficas em Coggiola (2011) e Paniago (2012). Para abordar sobre as Crises do Petróleo (2012), foram utilizadas as postulações propostas por Percebois

(1989), Yergin (1994), Hobsbawn (2000), Adelman (2002), Pimentel (2006), Gauland (2007), e Olic (2012). Já sobre a Crise de 2008, os conceitos utilizados contaram com embasamento teórico em Cintra e Farhi (2008), Hermann (2009), e Krugman (2010). Por fim, utilizando como recorte o território brasileiro, foi analisado o Caso do Pré-Sal, utilizando os marcos teóricos postulados por Schutte (2012).

Dessa forma, foi possível analisar as crises que impactaram o sistema-mundo no último século, e como essas relações estão intrinsecamente acometidas aos processos globalizantes e desglobalizantes.

GLOBALIZAÇÃO, DESGLOBALIZAÇÃO E REGLOBALIZAÇÃO: AS GRANDES CRISES DOS SÉCULOS XX E XXI

István Mészáros, professor Emérito da Universidade de Sussex da Inglaterra, evidencia que as crises estruturais do sistema capitalista são apenas a “manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (1998, p.14). Esses limites e seu modus operandi devem ser discutidos para análise de possíveis mudanças que podem acontecer e para entender algumas que já estão em processo.

Segundo Ianni (2005), o capitalismo passa por três fases: primeiro, ele se organiza aos moldes nacionais e transforma os moldes de vida feudais; segundo, depois de ter se organizado nacionalmente, transborda fronteiras e oceanos, e assim expande o seu comércio; e terceiro, atinge uma escala propriamente global, enquanto os Estados nacionais entram em declínio e ocorre a transformação das sociedades mundiais, agora uma sociedade civil global. Essa sociedade civil global, também entendida como a sociedade mundial de consumo, é caracterizada por uma ampla integração social e cultural.

Dessa forma, quando a nova fase globalização se fortalece e se desenvolve após a Guerra Fria, o capitalismo está em sua terceira fase, pois o neoliberalismo é uma política econômica que passa a ter maior visibilidade. Com isso, o neoliberalismo se efetiva como parte indissociável da globalização, ocorrendo a adoção dessa política por parte dos países capitalistas.

O neoliberalismo, antes de tudo, é “uma ideologia, uma forma de ver o mundo, uma corrente de pensamento” (MORAES, 2001, p. 13). O liberalismo clássico, com Adam Smith como seu principal autor, aponta-se contra o Estado mercantilista. Os

neoliberais buscam construir um paralelo com os pensadores do liberalismo clássico para mostrarem sua força antiabsolutista, antiestatal e antikeynesianista (1883-1946).

Além disso, os neoliberalistas acreditam que os sindicatos teriam participação efetiva para o crescimento do Estado, pois sabotavam as bases da acumulação do capital por meio de reivindicação salarial e por melhores condições de trabalho. Ainda segundo Moraes (2001), nos países latino-americanos, os neoliberalistas enxergam como inimigo as políticas nacionalistas e o populismo, por isso a compulsão por privatizações de estatais e a política “entreguista” para os países mais desenvolvidos.

Para Ianni (2005, n.p.), “o fenômeno globalização expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como um modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”. Ou seja, a expansão do capitalismo e do neoliberalismo estão, de fato, intrínsecas à globalização e a mundialização das relações, pois estas guiam o rumo da sociedade mundial de forma que se tornem interdependentes.

Devido a essa interdependência entre nações e a aproximação com o neoliberalismo, Milton Santos (2012) aponta a globalização como um processo perverso, pois aprofunda a desigualdade entre ricos e pobres. Por esse motivo, o autor alcunhou o processo com o termo globalitarismo³. A faceta perversa não se materializa somente na produção de desigualdades, mas também quando se apropria de culturas, dissemina falsas informações, induz o pensamento de uma massa de manobra para que atinjam o objetivo de uma pequena camada da população, e por isso, sentem-se superior a outras culturas. Isso é disseminado amplamente devido ao desenvolvimento e consolidação das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

As trocas informacionais e culturais se estruturam subjetivamente na construção do sujeito, fazendo, por exemplo, que um sujeito que assiste às notícias e veja um ataque terrorista, logo associe aos muçulmanos, mostrando como os discursos são manipulados para gerando novas “verdades”, que se fixam no imaginário social. Nesse sentido, surge a aversão de algumas nações a um determinado povo ou nação, adotando medidas de barragem para as trocas entre determinados países. A materialização desse

³ Milton Santos, em seu livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, cria o termo “globalitarismo”, uma junção de “globalização” e “totalitarismo”, de forma a apontar que a globalização é um processo perverso e totalitário.

fato é percebida no Brexit⁴, que, entre outros motivos, não estavam confortáveis com os estrangeiros que estavam no Estado.

Marcos Troyjo, diretor do Centro de Estudos sobre Brasil, Rússia, Índia e China (BRINClab) da Columbia University em Nova York, apontou durante o Seminário do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, em 2017, que esse processo de desglobalização está em curso desde a crise de 2008 e que “o mundo que está por vir é o da ‘reglobalização’. Enquanto isso, a desglobalização não significa o fim da globalização, mas que essa está perdendo velocidade” (IPEA, 2017, n.p.). Essa reglobalização conta com algumas “trocas de papéis”, como é o caso da economia da Ásia, que está em ampla ascensão, enquanto os Estados Unidos estão se sentindo ameaçados por isso, e passa a ter aversão a relação com os asiáticos.

Além disso, a reglobalização também é caracterizada pela inversão de tendências que ocorrem por meio de críticas à ordem liberal, desacreditada em função dos problemas de governança causadores da crise econômica, além da forte onda de nacionalismo e de isolacionismo. Essa forte onda se disseminou pelo mundo contemporâneo principalmente a partir da ascensão do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, eleito em 2016.

Trump adotou uma forte política de cunho xenofóbico de combate à imigração em seu país, ameaçando construir um muro na divisa territorial com o México. Além disso, Trump adotou o lema “American First”, ou seja, “América em primeiro lugar”, evidenciando a sua política nacionalista e anti-global. Além dos estadunidenses, é possível observar o Brexit (UK), o Vladimir Putin (RU), Recep Edorgan (TR), Viktor Orbán (HU), Marine Le Pen (FR) e Beppe Grillo (IT) adotando medidas protecionistas e neoliberais em seus Estados-Nações.

Com isso, é pertinente analisar quais fatores, sucessivamente, abriram lacunas no modelo capitalista que foram preenchidas com crises, e como cada uma dessas recessões/crises econômicas mundiais impulsionaram o processo de desglobalização descrito a priori.

⁴ Em 2020, o Reino Unido efetivou sua saída definitiva da União Europeia. A saída, denominada pelo termo “Brexit”, é a junção das palavras “British” (Britânica) e “Exit” (saída).

A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929

A fase da globalização do final do século XIX terminou tragicamente em 1914 com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, e a partir de 1914 o mundo teve como características fundamentais a emergência do protecionismo econômico, do nacionalismo, do fascismo, do comunismo e a Grande Depressão da década de 1930.

Após a Primeira Guerra Mundial, os países da Europa haviam sido assolados, sobretudo os países que compunham a Tríplice Aliança e que saíram derrotados. Esses países, que eram grandes exportadores e importadores de mercadorias, estavam falidos, e isso impactou diretamente na economia mundial. Devido a essa crise na Europa, os Estados Unidos se tornaram o principal exportador de produtos, e para que pudesse atender a todas as nações aliadas, ele optou por ascender a sua produção. Com a alta do país, foi criada a “American Way of Life”, ou o “modo de vida americano”, o qual consistia no consumismo e evidenciava a prosperidade da sociedade americana.

Nos anos seguintes após a Primeira Guerra Mundial, a economia da Europa foi reerguida progressivamente e já não estava tão dependente dos produtos norte-americanos. Dessa forma, toda a produção excedente dos Estados Unidos estava ociosa e a oferta era maior que a demanda. Com isso, os produtos norte-americanos se desvalorizaram, houve uma queda dos preços e um aumento do desemprego. Assim, 1929 foi considerado um grande marco com a quebra da bolsa de Nova York, denominado como a “Grande Depressão”. A Grande Depressão afetou não só os Estados Unidos, mas também os outros países que possuíam uma relação econômica e diplomática com os norte-americanos. Assim, para que o país conseguisse superar a crise, foi necessário implantar a política keynesiana⁵ e o New Deal de 1933.

O New Deal, como aponta Coggiola (2011, p. 9), “significou uma série de medidas intervencionistas visando atenuar a crise, atingindo vários setores, possuindo um sentido emergencial, não de mudança estrutural”. Assim, o Estado agora atuava como um interventor da economia, visando mitigar a grande crise que se instaurou pelo país. Essas políticas, adotadas pelo presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt, tinham cunho imediatista, e no final dos anos 1930 os Estados Unidos

⁵A política keynesiana, elaborada por John Maynard Keynes, tinha como objetivo utilizar o Estado como um interventor da economia. Dessa forma, ele tinha como objetivo “encontrar novas formas de manutenção da ordem do sistema reprodutivo dominante, e garantir a expansão do capital, dado o esgotamento da fase do predomínio das “livres” leis do mercado” (PANIAGO, 2012, p. 7)

corriam o risco de se imergir em uma nova crise. Dessa forma, a grande solução para que houvesse um novo crescimento econômico do país foi a utilização da economia de guerra a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, na qual os países europeus dependiam diretamente dos armamentos norte-americanos.

A partir de 1945, com a derrota militar dos regimes nazifascistas na Europa e do imperialismo japonês no extremo oriente, inicia-se no ocidente a Pax Americana, vertebrada, do ponto de vista econômico, com a criação do Fundo Monetário Internacional, do acordo do GATT, que mais tarde se tornaria a Organização Mundial do Comércio, e do Banco Mundial. Do ponto de vista político, é importante destacar a fundação da ONU. Finalmente, no que diz respeito aos fundamentos militares da Pax Americana, Washington estabelece uma série de organizações e alianças militares, tais como a OTAN, na Europa, o Pacto do Rio de 1948 (criação da OEA⁶) nas Américas e, na Ásia, por meio das alianças com o Japão, Coreia do Sul e Austrália.

Por outro lado, o mundo comunista emergiu dos escombros da Segunda Guerra Mundial. A União Soviética firmou-se como uma superpotência parelha aos Estados Unidos, impondo sua ordem à Europa Oriental por meio do estabelecimento de regimes soviéticos e, do ponto de vista militar, do Pacto de Varsóvia. Com a Revolução Chinesa, a União Soviética ganharia mais um importante aliado, ainda que com ele tenha sempre mantido relações muito tensas. E, no choque desses dois blocos, travou-se a Guerra Fria, que terminaria em 1989, com a queda do muro de Berlim e, logo depois, com a dissolução da União Soviética.

A partir desse momento, ocorre o fim da bipolaridade política do mundo, instaurando uma nova ordem mundial, na qual alguns autores irão defender uma ordem unipolar pautada na ascensão do capitalismo. Em contrapartida, outros irão defender que há uma ordem multipolar, devido às várias nações que emergem em razão do capitalismo.

AS CRISES DO PETRÓLEO: 1973-1979

O petróleo é a principal fonte energética do mundo, além de ser a principal base para fabricação de produtos que servem para utilização no dia a dia da sociedade. Com

⁶A Organização dos Estados Americanos foi fundada em 1948 em uma conferência realizada em Bogotá, Colômbia.

isso, esse recurso natural mostra-se como a principal fonte econômica dos países exportadores de petróleo, como é o caso da região do Oriente Médio e da Venezuela.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o mercado internacional do petróleo ainda não havia se consolidado efetivamente e o petróleo era explorado majoritariamente por empresas americanas, segundo Adelman (2002). Com a Guerra Fria, houve maior competitividade no campo econômico mundial e os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a legitimidade do petróleo.

Além disso, os países que sofriam com a exploração das empresas estrangeiras não tinham autonomia para se consolidar no mercado mundial, como os países do Oriente Médio, por exemplo. Com isso, os países detentores das jazidas de petróleo passaram a nacionalizá-las em uma tentativa de expulsar as empresas estrangeiras que exploravam em seu território.

Assim, Segundo Morrison (1990, apud PIMENTEL, 2006), na década de 1960 houve uma série de negociações acerca do petróleo, como autorização para exploração e o desenvolvimento dos países que possuíam as maiores jazidas mundiais de petróleo. Dessa forma, em setembro de 1960, em Bagdá, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na qual participavam os países que mais produziam e exportavam petróleo na época.

A OPEP almejava defender o preço do petróleo, pois ele foi reduzido nos anos de 1959 e 1960 por entidades estrangeiras. Essa redução dos preços do petróleo afetou o desenvolvimento dos países exportadores, pois aumentaram sua produção pensando que aumentariam a sua receita. Ao contrário, com o corte do preço do petróleo, houve a perda da receita desses países que resultou na queda do preço por barril, gerando um colapso para esses países. Segundo Yergin (1994), a OPEP reivindicou suas conquistas em seus primeiros anos de existência, e as entidades não voltaram a ameaçar a reduzir o preço dos barris de petróleo.

O PETRÓLEO E O PRIMEIRO COLAPSO MUNDIAL: 1973

No início dos anos 1970, com a criação da OPEP em 1960 e as reivindicações bem-sucedidas dos países exportadores de petróleo, o petróleo estava estável, com equilíbrio entre oferta e demanda e um preço relativamente barato, o que fazia parecer que havia um crescimento econômico desses países (YERGIN, 1994). Porém, esse

crescimento econômico era apenas aparente, e a demanda externa estava aumentando significativamente. Em 1973, alguns países cortaram as produções e o excedente era mínimo, fazendo com que a situação se agravasse de forma a gerar uma crise. Com isso, os países do ocidente que dependiam desse petróleo foram afetados diretamente, e a dependência dessas nações para com os países produtores de petróleo tornou-se evidente.

Segundo Yergin (1994), as decisões no mundo árabe começaram a afetar o mundo inteiro em 1973. Primeiro, os árabes começaram a reduzir progressivamente a sua produção, e em novembro de 1973, os ministros árabes decidiram aumentar ainda mais os cortes. Com isso, os países dependentes do petróleo árabe esgotaram seus recursos energéticos gerando grande impacto, principalmente no ocidente.

Na primeira crise do petróleo, a principal causa desse colapso foi o aumento do preço dos barris, apoiado pela OPEP, em resposta às corporações que queriam a sua diminuição. Segundo Yergin (1994), o preço do barril quadruplicou o seu preço, como uma resposta árabe à guerra árabe-israelense (MORRISON, 1990 apud PIMENTEL, 2006). Além disso, a OPEP aumentou sua importância no mundo econômico, pois, como o petróleo é o principal recurso energético do mundo e a principal fonte de comércio, quem detém o comércio do petróleo possui maior influência no mundo econômico.

Ainda nos anos 1970, a OPEP detinha o poder do petróleo e dominava o mercado mundial, exportando litros de petróleo para o ocidente. Porém, o seu comando começou a declinar, e para Yergin (1994), isso ocorreu devido ao aumento do preço e da valorização dos barris. Nos anos seguintes, a demanda internacional de petróleo se estabilizou e a OPEP passou a ser antagônica no cenário mundial, e com isso, manteve uma unicidade do preço do petróleo, como afirma Percebois (1989).

O PETRÓLEO E O SEGUNDO COLAPSO MUNDIAL: 1979

Como ressaltado anteriormente, a OPEP era vista como uma força econômica no mundo todo, pois o petróleo é a principal fonte energética do mundo e, quem controlasse esse petróleo, teria em mãos grande poder político e econômico. Em 1979, uma série de acontecimentos desencadeou, novamente, um colapso no comércio do petróleo. O principal acontecimento foi a Revolução Iraniana, ocorrida no Irã em 1979.

Em 1979, o Irã era o segundo maior exportador de petróleo do mundo, segundo Gauland (2007, p. 58). Por essa posição de importância, entende-se o motivo da revolução ter afetado diretamente o comércio do petróleo. Até então, para Hobsbawm (2000), a maioria dos fenômenos revolucionários tinham suas ideias baseadas nas revoluções ocidentais, principalmente na Revolução Francesa de 1789. Porém, a Revolução Iraniana foi um caso à parte, pois foi uma revolução pautada, acima de tudo, em cunhos religiosos.

O seu principal líder, Ruhollah Khomeini, era um aiatolá⁷ que estava exilado na França (GAULAND, 2007, p. 59), pois era um crítico ao governo do Xá Reza Pahlavi. Antes de se exilar na França, Khomeini buscou refúgio nas terras do Iraque em 1965, na qual foi recebido por centenas de estudantes e morou por 13 anos (GAULAND, 2007, p.68). Com todos os conflitos mundiais envolvendo o petróleo e os interesses do Xá Pahlavi, Khomeini nunca deixou de reagir, mesmo de longe. Por esse motivo, Pahlavi conseguiu com que Khomeini fosse expulso do Iraque, sendo obrigado a se refugiar na França, em 1978.

No dia 1º de fevereiro de 1979, o Aiatolá Khomeini retorna ao Irã, e dessa vez, recebido como uma figura importante, por milhões de pessoas (GAULAND, 2007, p. 71). O Xá Reza Pahlavi foi deposto após as manifestações lideradas por Khomeini, que assumiu o governo com políticas nacionalistas e doutrinas islâmicas. Dentre elas, a nacionalização do petróleo, além do desejo de criar a Federação Islâmica do Oriente. Apesar de não ter conseguido, atraiu os olhares de interesse do Iraque. Isso fez com que os Estados Unidos, a grande potência ocidental, ficasse em estado de alerta. Diante ao risco de que o desejo nacionalista islâmico-muçulmano se espalhasse para os outros países do Oriente Médio, o Estados Unidos articulou um golpe militar no Iraque, em 1979, com o ditador Saddam Hussein no poder (OLIC, 2012).

Sendo assim, entre os anos de 1979 e 1981, a OPEP decide tomar novas medidas, frente às crises que ocorriam no mundo árabe. A OPEP vivia em um dilema: escolher entre a defesa dos preços ou o aumento da produção para a exportação (PERCEBOIS, 1989). Com a alta dos preços na década de 1970, o mercado mundial foi, inevitavelmente, afetado. Segundo Pimentel (2006, p.12), “a escassez do dinheiro somou-se ao enxugamento do poder de consumo do mundo industrial devido aos

⁷Entre os muçulmanos xiitas, Aiatolá é o mais alto dignitário na hierarquia religiosa.

aumentos nos preços do petróleo”. Sendo assim, houve uma grande recessão, a maior desde a Grande Depressão, em 1929.

Em 1982, a OPEP decide manipular a produção de petróleo para controlar os preços. Sendo assim, a OPEP passa a administrar a produção e estabelecer os preços para a exportação dos barris de petróleo. Yergin (1994) afirma que, a partir desse momento, a OPEP se transformou em um cartel, pois agora é uma rede que controla a produção e o comércio de uma importante mercadoria mundial.

Nesse sentido, nos anos 1980, o preço do petróleo foi controlado, e sua crise foi precariamente amenizada. Embora estivesse previamente controlado, o preço do petróleo estava sujeito a instabilidades devido à falta de competitividade de mercado. Segundo a International Monetary Fund (2000), as duas crises do petróleo resultaram em um período de 15 anos de preços extremamente elevados do petróleo.

A CRISE DE 2008

Iniciada nos anos 90, mais especificamente em 1993, o preço dos imóveis nos Estados Unidos começou a subir continuamente, formando uma bolha imobiliária que veio a estourar em 2008. Foi uma crise tão avassaladora como a de 1929, levando mais uma vez a uma quebra sistêmica do capital. Segundo Hermann (2009):

Por trás da crise sistêmica atual há dois conjuntos de fatores explicativos. Um, de natureza conjuntural, envolve a política monetária americana, que elevou a taxa básica de juros de 1,00% para 5,25% a.a. entre o segundo trimestre de 2004 e o segundo de 2007. Embora isto não tenha gerado uma forte recessão nos EUA – o crescimento real do PIB caiu apenas de 4,2% nos 12 meses anteriores (terceiro trimestre de 2003 ao segundo de 2004) para a média anual de 3,5% no período de juros crescentes – certamente dificultou o refinanciamento de dívidas longas (caso típico do crédito imobiliário). Mas a política monetária foi mais um elemento propagador que, propriamente, causador da crise, já que no crédito subprime (a famílias de renda baixa e sem comprovação e garantias), pivô da crise, os contratos já previam aumentos dos juros após alguns anos. (HERMANN, 2009, p. 140)

Ao contrário de outras crises, a Crise de 2008 não foi antecipada por nenhum estudioso de áreas da economia, isso pode ser observado pelo papel que o Federal Reserve teve ao “ignorar a sobrevalorização dos imóveis nos Estados Unidos, ao não aumentar a taxa de juros e afrouxar a fiscalização das instituições fornecedoras de crédito” (KRUGMAN, 2010, p. 181).

A não percepção de um perigo iminente gerou um ar de estabilidade de compra imobiliária nos Estados Unidos, que incentivaram o mercado internacional a investir na economia americana, em especial os europeus. A Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Association (Freddie Mac) assumiram o papel de converter o bem (imobiliário) em dinheiro, mas acabaram por provocar um colapso ainda maior. Segundo Cintra e Farhi:

Essas companhias privadas, com ações negociadas em Bolsa de Valores, mas consideradas como "patrocinadas pelo governo" (*Government Sponsored Enterprises* — GSE), conseguiam se financiar a um custo bastante próximo ao do Tesouro americano (*T-bonds*) e, simultaneamente, operar de forma muito mais alavancada que outras instituições financeiras, sustentando um elevado endividamento — Fannie Mae tinha uma dívida total de US\$ 800 bilhões e Freddie Mac, de US\$ 740 bilhões — com um patrimônio conjunto de apenas US\$ 71 bilhões. As duas companhias carregavam (por meio da emissão de dívida) ou deram garantias a títulos hipotecários (RMBS) no valor de US\$ 4,7 trilhões, o que representava 32% dos créditos hipotecários nos Estados Unidos (US\$ 14,8 trilhões) e equivale a 33% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado em US\$ 14,3 trilhões em junho de 2008. (CINTRA; FARHI, 2008)

Para colocar fim a essa crise, o FED (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos) exerceu um papel de suma importância. Ele passou a comprar todos os títulos hipotecários dos bancos, imprimindo dinheiro e fazendo com que a base monetária explodisse. Esse aumento não se converteu em expansão do crédito, porque os bancos não fizeram com que esse dinheiro pudesse voltar para a economia.

Além disso, o FED começou a pagar juros sobre qualquer quantia de dinheiro que os bancos voluntariamente deixassem paradas neste mercado, ou seja, o FED estava pagando para que esse dinheiro não circulasse mais, controlando uma nova explosão de uma outra crise. Vale ressaltar que a crise foi sentida em todo o mundo, principalmente por aqueles estrangeiros que investiam seu capital na bolsa de valores americanas, perdendo milhares de dólares do dia para a noite.

BRASIL: O CASO DO PRÉ-SAL

O pré-sal é uma camada de rochas carbonáticas que está alojada em regiões muito profundas, se encontrando cerca de 3 a 4 km abaixo do mar. O recurso é uma das maiores descobertas de exploração de petróleo do mundo atual, e isso infere nas situações econômicas e políticas dos países envolvidos com essa nova técnica. No caso

do Brasil, as áreas de pré-sal foram descobertas recentemente, e isso gerou uma especulação financeira em volta do Brasil e uma crise política interna.

Em agosto de 2006, a Petrobrás perfurou cerca de 5 mil metros da superfície do mar até determinada área profunda, e encontrou petróleo neste local. Antes de ser denominada pré-sal, a nova camada encontrada foi chamada de “Tupi” (SCHUTTE, 2012, p.7). Após essa descoberta, o Governo decidiu explorar outras áreas para confirmar a nova conquista. Sendo assim, segundo Schutte (2012, p. 7), realizou-se perfurações de poços na Bacia de Santos e na Bacia de Campos.

Com a confirmação, em novembro de 2007, o governo brasileiro reconheceu e anunciou, oficialmente, a descoberta do pré-sal no território brasileiro. Essa conquista revela uma face do Brasil que os países mais desenvolvidos temem: a sua capacidade para abrir um novo ciclo desenvolvimentista, com grandes investimentos internos e uma independência de recursos energéticos. Nesse contexto, o presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, caracterizou a descoberta do pré-sal como a segunda independência do Brasil, pois havia a real possibilidade de uma reviravolta econômica e social de um país considerado periférico frente aos países dominantes no cenário mundial.

Diante às perfurações de poços, encomendou-se os primeiros navios para o transporte desses barris de petróleo extraídos, e esses navios ganharam nomes de importantes figuras brasileiras, como Celso Furtado, João Cândido e Zumbi dos Palmares (SCHUTTE, 2007, p. 7-8). E, assim, a primeira refinaria a entrar em operação chamou-se Abreu e Lima, em homenagem ao general figura-ícone da libertação da América Hispânica. Esse grande salto do Brasil provocou olhares mundiais e, pertinentemente, uma forte crise política foi se instalando progressivamente no país.

A dimensão da crise política cresceu gradativamente, de 2008 até os anos atuais. Em um primeiro momento, tem-se um acontecimento pouco lembrado: o início da crise, em 2008. A princípio, houve um episódio marcante envolvendo a Petrobrás, a qual foi invadida e furtada após o início da produção de pré-sal. Esse acontecimento baseou-se em furto de computadores e informações sigilosas acerca da Petrobrás e do pré-sal.

A situação foi vista como uma tentativa de manipulação e vigilância sobre as questões econômicas do país, partindo de agentes nacionais e/ou internacionais, com o objetivo de tomar o poder e o controle do país, visto a possibilidade de uma ascensão mundial. Contudo, sua análise contempla um patamar mais amplo e complexo,

envolvendo diversos interesses e atores nacionais e internacionais. Como dito anteriormente, a crise política e econômica brasileira ocorreu de forma gradativa, e por isso, é preciso analisar a trajetória do país nos últimos anos.

Em 2010, o governo do ex-presidente Lula aprovou a partilha para a exploração do pré-sal. Essa atitude daria total autonomia para a empresa estatal Petrobrás, que seria a proprietária e operadora dos leilões. O candidato às eleições de 2010, José Serra, antes mesmo de ter a possibilidade de assumir, já se comprometia com os interesses exteriores para a exploração do pré-sal no Brasil. Isso revela uma faceta do mundo globalizado e dos interesses neoliberais que circundam o mundo. A exemplo disso, em 2013, descobriu-se que os computadores da Petrobrás estariam sendo alvos de espionagem por parte dos Estados Unidos. Com isso, o interesse dos Estados Unidos no pré-sal brasileiro estava cada vez mais evidente.

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), as políticas voltadas para o pré-sal eram pautadas, a princípio, nas questões sociais do Brasil. Dilma, com a intenção de estabelecer um modelo norueguês, pretendia converter parte do lucro da exportação do petróleo para a área da educação, uma das áreas mais defasadas no país. Percebendo as intenções de Dilma, os outros países, que possuíam interesses no petróleo do Brasil, se articularam e planejaram uma reviravolta na história do país, para que esses interesses das corporações fossem atendidos.

Com isso, em 2016, Dilma Rousseff sofreu um impeachment, considerado por alguns historiadores como um golpe de Estado, e o vice-presidente Michel Temer assumiu o poder. Uma das primeiras medidas de Michel Temer foi mudar a base da política de extração do pré-sal e o comércio do petróleo. Assim, o preço do barril caiu e facilitou o comércio com as empresas e corporações. Diante disso, os investimentos na área da educação foram cortados e congelados por 20 anos através da PEC 55, conhecida como PEC do Teto de Gastos.

Diante desses acontecimentos, percebe-se como as crises política e econômica emergiram diante uma possibilidade do Brasil se desenvolver, e deixar de ocupar o posto de “periférico”. Em vista disso, as nações que desejam se manter no poder, temendo a ascensão do Brasil, articularam uma série de medidas para que o país fosse contido. No mundo globalizado e neoliberal, a competitividade entre as corporações é um fator dominante, ato que reforça a perversidade desse modo econômico mundializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, que a frase que se perpetuou por muitos anos aos dizeres que a “globalização é irreversível” começa a perder protagonismo. Quando essa frase era reproduzida, imaginava-se em uma outra globalização, dentro de outros moldes. Hoje, porém, é pertinente afirmar que há uma desglobalização em curso, que cada vez ganha mais forças e se mostra como uma tendência duradoura. Essa tendência se reafirma quando são realizadas ações em países que sempre tiveram abertura mundial e que agora começam a se fechar perante o mundo.

Contudo, é importante ressaltar que a desglobalização que está em curso é pautada, sobretudo, na valorização do conservadorismo e em políticas de xenofobia e aversão a outras culturas. Do ponto de vista econômico, é possível considerar a perpetuação dos ideais neoliberais e globalizantes que acometem as principais potências mundiais.

Um mundo de crescente globalização significa crescer em uma relação de interdependência, e isso a longo prazo gera pressões pela proteção de produtos, empregos e empresas locais e para bloquear o movimento de imigrantes. Com isso, conflitos internacionais se tornarão cada vez mais intensos e difíceis de moderar. A luta de classes torna-se mais explícita e, eventualmente, servirá de pretexto a regimes mais autoritários, como já é visto em certas nações. Toda essa retração da globalização está mudando todo o cenário mundial, abrindo caminhos para um novo modelo onde as portas da inclusão estão se fechando.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. A. World oil production & prices 1947–2000. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, n. 42, p. 169-191, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4923113_World_oil_production_prices_1947-2000. Acesso em 01 abr. 2021.

CAZUMBÁ, Marivaldo Antonio. **Estado moderno, globalização, integração econômica e o exercício da soberania**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/386>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. A crise financeira e o global shadow banking system. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 35-55, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. **O CRAQUE DE 1929 E GRANDE DEPRESSÃO DA DÉCADA DE 1930: Crise, Revolução e Contra-Revolução.** [S.l.]: Pradense, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Osvaldo-Coggiola/publication/287205265_A_Crise_de_1929_e_a_Grande_Depressao_da_Deca_da_de_1930/links/5673115e08ae04d9b099bec7/A-Crise-de-1929-e-a-Grande-Depressao-da-Decada-de-1930.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

GAULAND, Armando Pierre. **A propaganda política do Islamismo Xiita.** 2007. 183 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-195115/pt-br.php.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

HERMANN, Jennifer. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. **Revista de Economia Política**, vol. 29, n. 1, p. 138-141, 2009. Disponível em: <https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/view/474/472>. Acesso em: 01 abr. 2021.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf. Acesso em: 01 abr. 2021.

IANNI, Octavio. **A sociedade civil global.** 12ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 191 p.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **The Impact of Higher Oil Prices on the Global Economy.** Research Department: Policy Papers, 2000. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2016/12/31/The-Impact-of-Higher-Oil-Prices-on-the-Global-Economy-PP77>. Acesso em: 02 abr. 2021.

KRUGMAN, Paul. A crise de 2008 e a economia da depressão. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 180-182, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n1/v30n1a12.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, ed. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em 02 abr. 2021.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?.** São Paulo: Senac, 2001. 88 p. Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIC, Nelson Bacic. **Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2012.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: MELO, Edivânia; PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Marx, Mézáros e o Estado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: http://cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.185191109.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

PERCEBOIS, Jacques. **Economie de L'Énergie.** Paris: Economica, 1989. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3328568n/f7.item.texteImage>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PIMENTEL, Diego Alves. **Indicadores de Vulnerabilidade de Produtores de Petróleo: O caso da OPEP.** 2006. 185 p. Dissertação (Pós-graduação em

Engenharia/Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/dapimentel.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 174 p.

SEMINÁRIO no Ipea discute fenômenos da desglobalização e reglobalização. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)**. 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3157. Acesso em 30 mar. 2021.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Panorama do pré-sal: Desafios e oportunidades. **Econstor**, Brasília, p. 7-79, 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91219/1/776421271.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

YERGIN, D. **O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. São Paulo: Editora Scritta, 1994.